

crises do século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 10 • 2010

A Crise, a Segurança, a Mudança

Adriano Moreira

Adriano Moreira, Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa, Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

1. A palavra crise traduz um conceito nominativo que se abre a uma pluralidade de conteúdos identificados por critérios diferenciados, e correspondentes a perspectivas impossíveis de aproximar. A tentativa de lhe conferir significado científico enfrenta dificuldades que uma riqueza semântica vai seriando, designadamente tensão, desastre, catástrofe, ameaça, violência, mas também um ponto de transição de circunstâncias negativas para um estágio de recuperação e até progresso.

Do ponto de vista social, e sobretudo de política interna ou internacional, o conceito mais abstracto é o que identifica a *crise* como o *ponto crucial* de um processo que marca a eventual passagem da paz para a guerra ou da guerra para a paz, do diálogo para o combate, da vida para a morte.

Foi examinando as duas guerras mundiais, a guerra fria, a crise cubana de 1962 entre os EUA e a URSS, que Robert North, Richard Brody, Ole Holsti, Dina Zivines, adoptaram esse conceito do *ponto crucial*, sem julgar da qualidade positiva ou negativa da mudança em curso.¹ Naturalmente, a teoria da tomada de decisões encontra aqui um ponto de referência, no que toca às decisões institucionais, à opção de estratégias tendo em conta o valor e espécie das consequências, embora na área da ciência política os estudos sejam mais orientados para o comportamento dos decisores individuais responsáveis, com difícil conclusão em hipóteses e generalizações.²

Entre as definições analíticas destaca-se, classicamente, a de Herman Kan, que enumerou quarenta e quatro patamares das crises político-militares, desde a simples *provocação ao holocausto*.³ Entretanto, falando em nome da experiência, e quando da crise dos mísseis de Novembro de 1962 (Cuba), o Secretário da Defesa McNamara disse não existir para resposta qualquer coisa chamada estratégia, apenas existe *gestão de crises*, com a intervenção da política externa em busca da sobrevivência ao *risco*.⁴

Esta noção de *risco* parece ser essencial para dar algum conteúdo transversal ao aleatório conceito de crise. Quando Marx usou a expressão *crise do capitalismo* teve em vista o risco crescente, em seu parecer de resultado final inevitável, que seria o de a luta de classes terminar pela falência daquele sistema. Em contraponto, adiantou-se a afirmada *crise do socialismo*, diagnóstico sustentado pelos defensores do capitalismo ou de um modelo de economia mista, apoiando-se no facto de o capitalismo não ter soçobrado, e ainda na falta de crescimento sustentado dos países que tinham adoptado o modelo soviético.

2. A *crise* inclui portanto, e sempre, um *risco* ou *ameaça*, em relação a uma *situação* conceptualizada de acordo com a informação, saber, e valores adoptados pelo observador, o qual, em função desta última componente, pode valorar positiva ou negativamente

¹ NORTH, Robert C. [et al.] – *Content Analysis: A Handbook With Applications for the study of International Crises*. Evanston, III: North Western Univ. Press, 1963.

² MUNGER, Frank J. – «Community Power and Metropolitan Decision Making». In *Decisions in Syracuse*. [s. l.]: Indian Univ. Press, 1961, p. 305-334.

³ KHAN, Herman – *On Escalation*. New York: Praeger, 1965.

⁴ BEST, Antony [et al.] – *International History of the Twentieth Century and Beyond*. London; New York: Routledge, 2004, p. 539 conclui que «*the twentieth century was, in short, an amalgam of human experience, a hybrid of disaster and triumph*».

as alterações em processo, uma atitude de empenhamento que neste ponto suspende a neutralidade científica.

Uma primeira observação, muito destacada por analistas da democratização progressiva da vida política, é que o *risco*, que conduz à *crise*, pode invadir a estrutura em *processo de dormência* sem que os mecanismos de defesa e conservação sejam alertados. Colocando-se nesta posição que abstrai da violência em que se traduz a subida aos extremos provocada pelo avanço do risco para além da fronteira de contenção, Robert Legos avalia o que chama «a perda de todas as pertenças tidas como constitutivas de uma identidade essencial ou substancial», a qual «pode ser sentida como uma ameaça».⁵ O frequente conflito progressivo das gerações, derivado da inovação lenta dos costumes, aparece como um sinal desta mudança que, aprofundando-se, leva à crise dos sistemas.⁶

O lúcido Montaigne advertia contra as mudanças dos costumes, pelo risco da quebra do princípio da autoridade, de facto para a crise. Estava-se numa época (1572?) em que ao mesmo tempo se redescobria a antiguidade, e as descobertas dos novos mundos traziam à curiosidade, ao conhecimento, e eventualmente à prática, exemplos de usos desconhecidos que desafiavam a imaginação e a comparação. É nesse exercício que Montaigne anota que os costumes dominam a liberdade de julgamento dos seus méritos, e aponta para a relatividade da moral em função dos povos e das latitudes.

São dele, entre mais surpreendentes comparações, estas palavras: «aqui se vive de carne humana; lá é dever de piedade matar o pai em uma certa idade; alhures os pais determinam, das crianças ainda no ventre das mães, quais eles querem que sejam conservadas e criadas e quais querem que sejam abandonadas e mortas; alhures os maridos velhos emprestam as mulheres aos jovens para que se sirvam delas; e alhures são de todos sem pecado».

Daqui lhe ocorre aconselhar a observação da sabedoria que é respeitar os próprios usos, numa linha política de conservadorismo político e ético, porque «é por intermédio do costume que cada qual está contando com o lugar em que a natureza o plantou, e os selvagens da Escócia não têm o que fazer de Touraine, nem da Tessália os citar».⁷

Observações das quais resulta a importância do chamado *ponto crucial* do processo de mudança, ainda que em regime de *dormência*, sem sinal de alarme para o valor da *segurança*.

3. A *segurança*, no conceito inglês de difícil tradução, é *the guarantee of safety*, quer da paz entre os povos, quer do regular funcionamento da sociedade civil em *clima de confiança*,

⁵ LEGROS, Robert – *O Advento da Democracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, p. 396.

⁶ ARENDT, Hannah – *Les origines du totalitarisme*. Paris: Le Seuil, 1972, medita sobre a igualdade das condições que tornam difícil advertir as diferenças reais entre os indivíduos.

⁷ MONTAIGNE, Michel de – *Os Ensaíes*, Livro I, Capítulo XXIII, «do costume e de não mudar facilmente uma lei aceite». S. Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 162 e ss. Na data da independência americana. Thomas Paine, perante «*A crise extraordinária*» (1780) demonstraria as contradições entre a sociedade e governo:

«a sociedade, em qualquer estado, é uma bênção, enquanto o governo, mesmo em seu melhor estado, não passa de um mal necessário; no seu pior estado, um mal intolerável, pois, quando sofrermos ou somos expostos por um governo às mesmas desgraças que poderíamos esperar num país sem governo, nossa calamidade é intensificada pela conclusão de termos sido nós quem fornecemos os meios pelos quais sofrermos». In *O Senso Comum e a Crise*. Universidade de Brasília, 1982, p. 11.

quer da relação desta com o poder político em *regime de consentimento*.⁸ Quando se olha o problema do ponto de vista da sociedade civil, a questão da *segurança* é a do ritmo da *vida habitual*, com o valor da *confiança* a presidir às relações, e sendo a intervenção do Estado apenas pontual para reprimir as excepcionais violações da regularidade.

Do ponto de vista do *poder político*, a vida habitual assenta no *consentimento esclarecido da obediência*, sem a resignação que aflora em Montaigne inspirado por S. Paulo. Do ponto de vista das relações das potências, a vida habitual tem expressão na *observância do direito internacional* consentido e de facto vigente.

O adiantado conceito da *sociedade civil* apenas se tornou evidente com base na doutrina do contrato social. Muitos dos autores partiram do suposto *estado de natureza*, para a sociedade organizada pelo consentimento dos indivíduos.⁹ Se relacionarmos a *habitualidade* dos vários subsistemas que organizam a vida social contra a *insegurança*, talvez possa adaptar-se esta referência como o elemento transversal comum de todas as *crises*.

A referência à habitualidade, mais do que à regularidade desse funcionamento, é porque se afigura necessário que um sentimento valorativo acompanhe a percepção da mudança, sentimento que tanto pode ser inscrito numa perspectiva de progresso sustentado como numa perspectiva de receio, sendo que o sentimento negativo é o que mais frequentemente adjectiva a mudança.

A utilização mais frequente do conceito de crise diz respeito à *crise do capitalismo*, ou crise da produção capitalista, usado por Marx para quem o fundamental conflito, ou, noutras semânticas, a contradição, ou luta de classes, seria uma inevitável consequência quer pela experiência do modelo para além dos seus limites de sustentação, quer pelo conflito social que se desenvolveria inevitavelmente até à *revolução*, um tema cujo sentido, e explicação como fenómeno, divide os cientistas políticos.

Importa todavia começar por avaliar as circunstâncias em que o *ponto crucial*, que ficou referido, desenvolve ou é envolvido pelos factos que desafiam a vida habitual e a sua percepção. Se o Estado renascentista foi visto como o detentor da força legítima e o garante da regularidade de funcionamento dos sistemas, as aceleradas alterações da circunstância mundial desfiguraram a relação e os intervenientes. Acrescendo o facto de a conceptualização formal dos desafios e ameaças à vida habitual, apenas oferece conceitos abertos cujo conteúdo varia de acordo com as latitudes e respectivos modelos culturais. Por um lado, enumeram-se ameaças económicas, de ambiente, de reserva estratégica alimentar, de saúde, de discriminações éticas e culturais e políticas, e por outro agressões quer de regimes políticos internos, quer agressões externas.¹⁰

⁸ LOURENÇO, Nelson – «Segurança, Sentimento de Insegurança e Estado de Direito». In *Liberdade e Segurança*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 2009, faz uma exposição actualizada sobre «O espectro social da relação de direito, liberdades e garantias e poderes do Estado».

⁹ MOREIRA, Adriano; BARATA-MOURA, José; NOBRE, Fernando; FONTES, José; NEVES, Joaquim Carreira das; BALSEMÃO, Francisco Pinto; CRESPO, Mário; SARMENTO, Cristina Montalvão – *Estudos sobre A Globalização da Sociedade Civil (Ensaio de 2004-2005)*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 2008.

¹⁰ ROCHÉ, Sebastian – *La société incivile*. Paris: Seuil, 1996. *Sécurité Humaine maintenant*, Rapport de la Commission sur la Sécurité Humaine. Paris: *Sciences Po*. 2002. LOURENÇO, Nelson [et al.] – *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais; UNL, 2006.

Alain Peyrefitte, o estudioso da sociedade de confiança, também se debruçou sobre a quebra desse cimento da sociedade civil e da sociedade política, com o famoso Relatório de 1977.¹¹ A criminalidade transnacional, o terrorismo global, a evolução de vários Estados para exíguos, outros para Estados falhados, outros alienando as responsabilidades no out-sourcing de empresas que privatizam não apenas a segurança interna mas também a guerra, tudo multiplica a sementeira de inseguranças assumidas pela população das mais variadas culturas, crenças, e etnias.¹²

4. Do ponto de vista da relação das comunidades com a sua circunstância, são vários os factores externos que instalam a crise da vida habitual, a qual se desenvolve eventualmente até à extinção do grupo. Estes eventos não cabem no conceito de revolução, por variada que seja a formulação do conceito adoptada pelos analistas, mas pode induzir um processo revolucionário. Os Estados em movimento, como foi frequente na história europeia, expandem-se destruindo organizações políticas, promovendo a disfunção dos sistemas da sociedade civil, eliminando eventualmente a população, factos de que a colonização produziu exemplos, desde os romanos.

O projecto Napoleónico teve na Europa esses efeitos, e embora não tenha conseguido construir o modelo imperial europeu, facto que lamentaria nas memórias do exílio, a passagem dos seus exércitos desencadeou movimentos revolucionários que designadamente mudaram a estrutura imperial portuguesa, o modelo político metropolitano, e a estrutura da sociedade civil.

O movimento imperialista da Alemanha de Hitler, e o sovetismo da Rússia, estão nas causas não apenas da liquidação da ordem europeia, incluindo o aniquilamento de muitas comunidades, como provocaram o efeito colateral da desmobilização do Império Euromundista.

Estes exemplos inclinam no sentido de considerar que a relação entre a *crise* e a *revolução*, um tema geralmente circunscrito à vida interna dos Estados, tem de ser alargada à medida que a globalização das interdependências provoca subitamente a crise da ordem mundial, mudanças estruturais dos Estados envolvidos, eventualmente a anarquia global, e a urgência de um processo inovador de recuperação, se possível. Nesta entrada do novo milénio, o desastre do sistema financeiro mundial está a ter um efeito demonstrativo.¹³

Ao mesmo tempo desenvolvem-se efeitos de crise não queridos, isto é, não programados, mas identificados, na relação da vida, não apenas da Humanidade, com o ambiente da casa comum que é a Terra. A recente Conferência de Copenhaga (2010) demonstrou ao mesmo tempo a gravidade das ameaças em crescendo, a crise de governabilidade, e a ausência de vontades políticas articuladas para moderar os interesses dos mais poderosos pela consciência de que o agravamento da crise não os exclui dos

¹¹ PEYREFITTE, Alain – *La Société de Confiance. Réponse à la Violence, Rapport du Comité d'Etudes sur la violence, la criminalité et la délinquance*. Paris: Presses Pocket, 1977. As consequências do multiculturalismo anárquico, com demonstrações especialmente violentas em Paris e Atenas, orientam vários estudos, por exemplo PRÉTECEILLES, Edmond – «La ségrégation ethno-raciale dans la métropole parisienne». *Revue Française de Sociologie*. Paris (Julho-Setembro 2009).

¹² MOREIRA, Adriano – *A Circunstância do Estado Exíguo*. Lisboa: Segurança e Defesa, 2009. MOREIRA, Adriano – «A Privatização da Guerra». *Revista História das Ideias*. Coimbra (2009).

¹³ MOREIRA, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*. 6.ª Edição. Coimbra: Almedina, 2008.

feitos, embora agrave as suas responsabilidades éticas, mesmo na circunstância de relativismo em que a crise se agrava.

Finalmente a guerra iminente ou efectiva, que em qualquer das suas modalidades, tentativamente caracterizadas pelos estratégias, tem agora sempre um potencial efeito transnacional, até terrorista, e foi ela que provocou uma *crise mundial* que antecedeu e sobreviveu à queda do Muro de Berlim em 1989: a proliferação das armas de destruição maciça, a sofisticação técnica que apoia conceitos como o da guerra cirúrgica, a privatização da guerra, o comércio desenfreado das armas ligeiras, tendem para que um *complexo militar industrial*, no exercício de uma teologia de mercado sem qualquer limitação jurídica respeitada ou ética assumida, instale uma crise mundial de segurança que anima o renascimento da pirataria marítima, as *sociedades de guerra* como a Palestina e Caxemira, a desordem interna de numerosos Estados africanos, crimes de genocídio numerosos, e crimes contra a Humanidade frequentes, sem que a crise da ordem deixe antever um movimento reformulador e eficaz de prevenção, intervenção, e manutenção da paz.¹⁴

5. Os modelos de referência destas crises estão em textos fundadores da ONU, na Carta, na Declaração Universal de Direitos do Homem, no estatuto do Tribunal Internacional da Haia, e agora do Tribunal Penal Internacional, e ainda no cortejo de tratados, declarações, e decisões que dão corpo à narrativa da ordem mundial desde o fim da guerra de 1939-1945 à queda do Muro de Berlim em 1989.

Os esforços teóricos que respeitam às crises, e aos seus efeitos mal caracterizados semanticamente por *desastres*, *catástrofes*, *revoluções*, lidam preferentemente com modelos estaduais e comunitários da ordem que teve o Estado soberano como referência principal, e a noção de soberania absoluta a conter a relação com a circunstância do globalismo em crescendo.

Tem por isso interesse revisitar as formulações que se tornaram clássicas e que em geral identificam a *revolução* como o efeito mais agressivo da *vida habitual* atingida pela *crise*.¹⁵

Assim como o conceito de *crise* é aberto e por vezes de sentido equívoco, o mesmo se passa com o conceito de *Revolução*, desde que foi usado para referir a Glorious Revolution de 1688 na Inglaterra. Muitas vezes a *violência* é considerada, mas também se distingue da *sublevação* contra uma ordem estabelecida, visando apenas o poder em exercício, seguindo-se, ou não, a revolução da mudança.

¹⁴ SOLOMON, Norman – *War Made Easy*. New Jersey: Wiley, 2005, onde analisa o poder, como que solitário, de líderes democráticos, para desencadear guerras internacionais, que atacam as estruturas de vida habitual dos atacados. ZAKARIA, Fareed – *O mundo pós-americano*. Lisboa: Gradiva, 2008, fez um exercício de prospectiva sobre o que poderia chamar o mundo revolucionado pelo unilateralismo americano. JUDT, Tony – *Pós-Guerra, História da Europa desde 1945*. Lisboa: Editora 70, 2005, dá luz, na minuciosa narrativa, às mudanças em regime de dormência, que vão desencadeando a *crise dos valores*, dos conceitos políticos, dos modelos da sociedade civil europeia, apoiando uma revolução pacífica da estrutura da governança.

¹⁵ Para seriar as características e dimensões da *revolução*, são clássicos, entre outros, os textos de ARENDT, Hannah – *On Revolution*. Nova York: [s.n.], 1963. BRINTON, Crane – *The Anatomy of Revolution*. Nova York, 1960. HUNTINGTON, Samuel P. – *Political Order in Changing Societies*. New Haven: [s.n.], 1968. DEBRAY, Régis – *Revolution in the Revolution*. Harmondsworth: Middlesex X, 1967. Uma síntese académica, em COHAN, A. S. – *Theories of Revolution: an introduction*. Londres: Thomas Nelson, 1975.

De facto, a evolução tendeu para considerar que a *revolução* implica uma mudança simultânea de regência política e do tecido social, exigindo com frequência a violência – isto é, a *transformação revolucionária*.

A Revolução Americana é apontada por alguns como exemplo sábio da aplicação da ciência política, o que levou Hannah Arendt a considerá-la como exemplar, porque não se apoiou na violência para realizar as suas finalidades, desenvolvendo-se ao nível da política.¹⁶ Todavia foi o pensamento de Marx, o qual seria objecto de variadas interpretações revolucionárias, que se transformou em matriz dominante do tema.

A sua primeira premissa foi a de que a revolução se verifica quando as forças produtivas se desenvolvem ao ponto em que derrubam todas as instituições de domínio, e a segunda versão foi a da revolução resultado da luta de classes até que os dominados substituam a classe dominante, supostamente inspirado pela visão de Hegel da relação entre senhor e escravo: assim aconteceu que a burguesia derrubou a aristocracia, e a certeza de que o proletariado derrubaria a burguesia. Nos factos, a evolução revolucionária não foi conduzida por um irresistível movimento dialéctico do espírito (Hegel), nem por uma dialéctica materialista (Engels), que envolve a acção humana enquanto transformadora da natureza: foi a tomada do poder pela força, em todos os países que se reclamaram do marxismo, que, usando o totalitarismo, desencadeou a reestruturação da sociedade civil e política, um método adoptado, com diferentes posições, pelo fascismo, pelo nazismo, pelo soviétismo, pelo maoísmo. Quando Marx falou de ditadura do proletariado, o que dizia era que se tratava de ditadura de um partido que se proclamava democrático no sentido de estar ao serviço da maioria de interessados, conduzidos para a libertação marxista. A tradicional submissão de um povo ao poder de um Estado imperial em movimento, reproduz a situação de a política ser assumida como factor dominante.¹⁷

6. Embora as cogitações sobre a *crise* e o *consequencialismo da crise*, tenham sido principalmente tributárias de uma ordem mundial em que o *Estado Soberano* era a unidade de referência, nesta data é o tema da *crise mundial* daquela ordem que preenche o cenário dos desafios.

Tendo presentes as dificuldades de lidar com um conceito aberto de crise, como referimos, importa neste caso tentar fixar o *ponto crucial* que serve de marco divisório entre a *ordem habitual* e o processo de mudança.

Admitir que 2010 obriga à identificação do que interrogativamente já é chamado *Le Grand Tournant*? parece corresponder ao consenso de que a *queda do Muro de Berlim* em 1989, que destruiu a *Ordem dos Pactos Militares*, o *unilateralismo* neoconservador dos EUA que afectou a unidade euroatlântica, o desastre do *sistema financeiro mundial*

¹⁶ ARENDT – *On Revolution...* ARENDT, Hannah – *A Promessa da Política*. Rio de Janeiro: Difel, 2009, onde desenvolveu a sua crítica da política entendida segundo categorias como coagir e ser coagido, dominar e ser dominado, considerando a paz como algo que provém de uma esfera exterior à política.

¹⁷ MARCUSE, Herbert – *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, em defesa de que «a ideia de uma forma diferente de Razão e Liberdade, sonhada tanto pelo idealismo dialéctico como pelo materialismo, ainda parece uma Utopia. Mas o triunfo das forças retrógradas e conservadoras não afecta a verdade desta utopia». MARCUSE, Herbert – *Contra-Revolução e Revolta*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, onde prevê que a Revolução do século XX e do século XXI «terá uma dimensão global», e insiste por isso em que «o que é imposto à rebelião pela repressão intensificada e pela concentração das forças destrutivas nas mãos da estrutura do poder deve-se converter no terreno para o reagrupamento e o reexame».

face à inexistente regulação, os grandes *desafios energéticos*, a perspectiva sombria das *mudanças climáticas*, integram o *ponto crucial* da crise mundial.¹⁸ Não se trata de uma crise de mudança de progresso na lógica das circunstâncias anteriores em mudança, mas de disfunção dos modelos, com total incerteza quanto ao futuro possível exigente de novas conceptualizações da realidade, de racionalização e de intervenção criativa.

A primeira componente desta crise diz respeito ao esgotamento da supremacia do Império Euromundista, um processo de resposta hesitante entre o recurso ao *hard power* ou ao *soft power*.¹⁹ O primeiro reivindicado pelo neoconservadorismo americano, em revisão difícil dos resultados por Obama, e o segundo imputado à Europa, cuja voz internacional continua débil.

Tal crise da balança de poderes militares, agravada pelo desafio do forte ao fraco que teve expressão no ataque às Torres Gémeas de Nova York pela Al Qaeda, está em desequilíbrio de prognóstico incerto em vista de uma China cada vez mais poderosa e com uma presença crescente em todos os mercados, destacando-se a intervenção de Deng Xiaoping que desde 1979 deu prioridade ao crescimento económico.²⁰

Por seu lado, a Rússia, enfrentando como todos os países as sequelas da crise financeira e económica mundial, não abandona o projecto de regresso a um protagonismo internacional de primeira potência, anima o patriotismo de recuperação, e introduz elementos de crise no tipo de relacionamento com a União Europeia, com as antigas repúblicas populares, e com os EUA.²¹ Para além da China, o Japão e a União Indiana são poderes crescentes que pesam na desactualização dos antigos equilíbrios.

¹⁸ A incerteza do futuro, no fim da guerra de 1939-1945, em que se inicia a queda do Império Euromundista, tem expressão em rivalidades anedóticas das lideranças, de que a seguinte serve de exemplo, in ROBERTS, Andrew – *Masters and Commanders*. Londres: Penguin Books, 2008, p. 574: «Roosevelt could be snappish about Churchill behind his back, and in December 1947, after being told that the late President had said of him that he had one hundred ideas a day during the war, of wish only four were good, the ex-premier told Moran: «It is impertinent of Roosevelt to say this. It comes badly from a man who hadn't any ideas of all». BADIE, Bertrand; VIDAL, Dominique, dir. – *Le Grand Tournant? L'État Du Monde 2010*. Paris: La Decouverte, 2009.

¹⁹ KAGAN, Robert – «Foreign Policy Sequels». *Washington Post* (9 de Março de 2009), crítico de uma suposta renúncia de Bush ao neoconservadorismo. OBAMA, Barack – *Renewing American Leadership*. New York (Julho-Agosto) 2007. O envolvimento português no abandono do Império Euromundista tem uma recente, e interessante avaliação em WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René – *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009. WOLF, M. – «America's economy risks mother of all meltdowns». *Financial Times* (20 de Fevereiro 2008). ROUBINI, N. – «The rising risk of a systemic financial meltdowns: the twelve steps to financial disaster». *Global EconoMonitor* (5 de Fevereiro de 2008). ARTUS, P., dir. – *La Crise Financière*. Paris: PUF, Paris, 2008. FRYE, J. – «A false sense of security». *Risk magazine* (Agosto, 2003). GRANSUT, Ch. Du – «L'essor des fonds souverains, la nouvelle Géographie de la richesse». *Futuribles* N.º 338 (Fevereiro de 2008).

²⁰ SAID, Edward W. – *Orientalismo, O oriente como invenção do Ocidente*. [S. l.]: Companhia de Balco, 2007, sobre a questão da imagem entre as duas áreas. NIGUET, U. – «L'action politique en Chine, de la prise de decision à la realisation». *Asia Visions* N.º 14 (2009). KUCHINS, Andrew; ASLUND, Ander – «Pressing the «resetbutton» on US – Russia Relation». *CSIS* (Março, 2009).

²¹ ILITCHEV, Georgi – «Schisme et divergences au sein de l'élite poutinienne». *The New Times* (2 de Março de 2009). VAISSE, J. – «L'hiver du néoconservatisme». *Politique Internationale* N.º 110 (2006). LORD, C. – «Requiem pour le néoconservatisme». *Politique Américaine* N.º 5 (2006). FONTAINE, André – *L'un sans l'autre*. Paris: Fayard, 1991, onde a problemática de «L'Europe de l'Atlantique à l'Oural au à Vladivostok?», é oportunamente abordada. GALLEO, David P. – *Beyond American Hegemony*. New York: Basic Books, 1989, onde pressente uma crescente influência da Europa, o que não sucedeu, depois da queda da URSS.

O primeiro, indicado pelos analistas como um dos países industrializados mais atingidos pela crise financeira e económica mundial, tem uma clara política de reforço na cena internacional, reage com um activismo que logo em 2008 o levou a organizar uma cimeira com a China e a Coreia, embora o G20, que se pretende capaz de funcionar como directório do mundo, no plano económico, o tenha marginalizado. A Índia, com uma estabilidade política por vezes surpreendente, diminui o desafio da importância das castas e das etnias, demonstrou uma resistência apreciável à crise financeira e económica mundial, e aspira com fundamento ao estatuto de potência global.²²

Finalmente o Brasil, para terminar esta simples amostragem. Nos últimos quinze anos, este país surpreendeu o mundo consolidando a democracia, com destaque para os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio de Lula da Silva (2003-2010), sob cujas presidências cresceram as estratégias macroeconómicas e ao mesmo tempo políticas sociais, alargando o mercado interno, equilibrando a balança de pagamentos, e obtendo um protagonismo internacional que o levou a membro do Conselho de Segurança, a exercer uma voz escutada no continente americano, e nos foros mundiais.²³

Não será necessário lembrar as migrações descontroladas que provocam na Europa uma caótica confusão entre *cosmopolitismo*, *multiculturalismo*, *sociedade civil* e *multidão*, com graves incidentes designadamente em Paris, em Atenas, em Portugal. Nem acrescentar a criminalidade internacional, o terrorismo em crescendo, o desastre das drogas e das doenças devastadores, a queda dos valores tradicionais nas sociedades de culturas diferenciadas, o desemprego, a fome, as guerras endémicas, os crimes contra a Humanidade, os crimes de guerra, os genocídios.

7. Voltando a lembrar que a matriz da vida habitual internacional está versada na Carta da ONU, na Declaração Universal de Direitos do Homem, e nos estatutos dos Tribunais internacionais, a síntese talvez seja que o século XX definiu o *ponto crucial* da crise com data convencional na queda do Muro de Berlim em 1989, e que o século XXI entra sob o *signo da mudança*, sem qualquer segurança das perspectivas do *desenvolvimento* do processo de *transição* para um futuro indecifrável. Com participação alargada, a terapêutica que se traduziria na reformulação da *governança mundial* encontra apoios discursivos numerosos, mas a decisão política não mostra a mesma determinação do pensamento académico.

Do ponto de vista económico e financeiro, a crise global demonstrou a total falência do normativismo global, aparecendo tentativas de recriar um centro de poder como o G20, que mais parece um G2 (EUA – China) + 18, com a ambição mal medida de orientar o G192 em que se traduz a Assembleia Geral da ONU.

²² GRARE, F. – «Les ambitions internationales de l'Inde à l'épreuve de la relation indo-pakistanaise». *Les Etudes du CERI* N.º 83 (2002). JAFFRELOT, C. – *La Démocratie en Inde, Religion, caste et politique*. Paris: Fayard, 1998. KHILNANI, S. – *L'idée de l'Inde*. Paris: Fayard, 2005. PYLE, M. – *Japan Rice: the resurgence of Japanese Power and Purpose*. Public Affairs, Books, 2007. HÉRAIL, F., dir. – *Histoire du Japon*. Le Coteau: Horvath, 1990.

²³ DROULERS, M. – «Le Gouvernement Lula à l'épreuve du réformisme». *Problèmes d'Amérique Latine* N.º 63 (2006). ROUQUIÉ, A. – *Le Brésil au XXI.º Siècle: naissance d'un nouveau grand pays*. Paris: Fayard, 2006.

Partindo deste facto que definitivamente instalou o alarme geral pela crise da economia que augura desastres na área da paz e segurança da sociedade civil global, talvez seja possível tentar uma enumeração dos riscos que a crise envolve, encadeados pela globalização numa rede que não consente uma distinção clara entre problemas internos e problemas internacionais, e causou a crise da governança mundial:

a) A coesão social está mundialmente desafiada e agredida pela ruptura causada pelo desastre do sistema financeiro mundial e pela sua repercussão na economia real. A autosatisfação de Alan Greenspan, Presidente da Reserva Federal Americana, nas suas memórias, foi imediatamente amargurada pela penitência assumida pelo engano.²⁴ O reflexo deste facto na relação entre a *geografia da fome* e as *sociedades de afluência* traduz-se em conflitualidade perigosa.

b) A urgência de reconhecer e praticar um sistema que respeite o multilateralismo, implica reconhecer a alteração do peso relativo dos actores, o que inclui sobretudo os EUA, a China, a Rússia, e uma reavaliação do saber na área da economia em vista da demonstrada incapacidade de organizar sistemas fiáveis pela governança política.

c) Não existe um procedimento responsabilizável pela emergência de lideranças mobilizadoras, mas o reconhecimento da debilidade das lideranças políticas e financeiras em exercício apoia-se na evidência.

d) Embora a tese americana do *fim da história* esteja remetida para os arquivos, à tese do conflito das civilizações é dado relevo mundial pela questão do *Islão*, incluindo o Terrorismo, o Iraque, a Palestina e Israel, o Afeganistão, o Paquistão. Oito anos depois do 11 de Setembro, o horizonte não é de esperança.

8. a) O fim da Ordem dos Pactos Militares, com a queda do Muro de Berlim em 1989, um facto erradamente festejado pelos ocidentais da NATO como vitória na guerra fria, de facto significou apenas que esses ocidentais não a tinham perdido. Foi um fim de crise (guerra fria) que se transformou em *ponto crucial* da crise da governança mundial que imediatamente se abriu, e que evidenciou dois factos essenciais: os EUA deixaram de deter a *supremacia mundial* que equivocadamente continuam a invocar para o *exercício do unilateralismo*, o qual legou a estrutura asfíxica do progresso da doutrina Obama, nesta data embaraçada no trajecto para o multilateralismo.

b) O Ocidente enfrenta uma atitude generalizada de conflito com o *resto do mundo* que submeteu e governou durante o *império euromundista* que organizou e desmobilizou.

c) A crise da governança mundial substituiu a guerra fria por uma multiplicação de conflitos militares, de custos humanos e materiais incalculáveis. Dominique Vidal enumerou; a) catorze conflitos maiores, destacando-se Índia – Paquistão (3 guerras); b) Palestina – Israel, Tchetchénia; c) Afeganistão, Iraque, Washington – Al Qaeda; d) Somália; Kosovo; e) na África, Eritreia – Etiópia, e guerras civis de projecção internacional, como Burundi, República Democrática do Congo, Ruanda, Costa do

²⁴ GREENSPAN, A. – *Le Temps des turbulences*. Paris: Jean-Claude Lattés, 2007. ASHLEY, Richard K. – «Living on the Border Lines: Man, Post-Structuralism and war». In DORIAN, D.; SHAPIRO, M. F., eds. – *International Intertextual Relations: The Boundedness of Knowledge and Practice in World Politics*. [S. l.]: Lexington Books, 1989. BUZAN, Barry; JONES, Charles; LITTLE, Richard – *The Logic of anarchy*. New York: Columbia University, 1993, p. 132.

Marfim, Líbano, Serra Leoa; *f*) na Ásia, Sri Lanka (contra os Tigres), Birmânia (contra os rebeldes Karen), na Turquia (contra o PKK do Kurdistan), conflitos em que o maior número de vítimas é de civis.

Segundo a ONU, no decurso de 1999-2008, morreram em guerra dois milhões de menores, acrescendo seis milhões gravemente feridos ou inválidos, mais de um milhão de órfãos e mais dez milhões com graves traumas psicológicos. Mais de 300 mil crianças-soldados combatem, entre mais lugares, no Afeganistão, no Burundi, na República Centro Africana, na República Democrática do Congo, nas Filipinas, no Siri Lanka, no Uganda. *A crise brutal é a violação da Convenção dos Direitos da Criança de 1989. O comércio de armas ligeiras* cifra-se anualmente em milhões, cujos principais exportadores são os EUA, a Itália, a Alemanha, a Bélgica, a Áustria, o Brasil, a Rússia e a China.²⁵

9. Na longa série de crises históricas, umas de progresso, outras de regressão, pela primeira vez a crise é global e negativa, porque a vida habitual, pela soma de conflitos desgastantes, pela mudança em regime de dormência dos valores, costumes, e redes culturais identitárias, designadamente atingidas pelos avanços científicos e técnicos utilizados sem referência à sabedoria dos valores, foi destruída e ultrapassada pela intervenção de um relativismo orientado pela proeminência da *salvação laica* que atende fundamentalmente ao alcance do poder político, do lucro material, ao trajecto individual e não da comunidade humana que atingiu uma interdependência mundial.²⁶ A literatura que se ocupa da polemologia do milénio trata correntemente da gestão dos riscos diários e catastróficos (vigilância e controlo, terror, guerra preventiva), de propor organizar uma economia política de segurança, recolher informações (*intelligence*), avaliar denúncias clandestinas, assistir à ascensão dos exércitos privados, exigir responsabilidades pela protecção contra a criminalidade de massas, *peacebuilding* e *statebuilding*, arquitectura da governança global, reforma da ONU, pobreza global, e regresso à Ética e ao respeito pelos Direitos Humanos.²⁷

Porque a ordem mundial destruída no século XX foi a do Euromundo, que, depois da guerra de 1914-1918, se alargou nominalmente, usando a expressão Ocidente, sobretudo por integrar os Estados Unidos da América, e, menos frequentemente, todas as implantações ocidentais ao redor da terra, é o Ocidente que se encontra em primeiro

²⁵ VIDAL, Dominique – «Ces guerres sanglantes du XXI Siècle». In *L'Etat du Monde 2010...*, p. 63. BIGOET, Didier [et al.], dir. – *Au nom du 11 Septembre... Les démocraties à l'épreuve de l'antiterrorisme*. Paris: La Découverte, 2008. CALONOMOS, Aricel – *Le Pari de la guerre. Guerre préventive, guerre juste?*. Paris: Denoël, 2009. JAFRELOT, Christophe, dir. – *L'Enjeu mondial – les pays émergentes*. Paris: Sciences Po, 2008. BOSS, Robert S.; FENG, Zhu, dir. – *China's Ascent Power, Security, and the future of International Politics*. [S.l.]: Cornell University Press, ITHACA, 2008.

²⁶ KÜNG, Hans – *Proyecto de una Ética Mundial*. Madrid: Trotta, 2000. KÜNG, Hans- *Credo*. Madrid: Trotta, 2000. RAMONET, Ignacio – *Géopolitique du chaos*. Paris: Gallimard, 1999. SENNET, Richard – *La culture du nouveau capitalisme*. Paris: Hachette, 2006.

²⁷ AMOORE, Louise; GOEDE, Marieke de, dir. – *Risk and the war on Terror*. New York: Routledge, 2008. CRONIN, Bruce; HURD, Ian, dir. – *The UN Security Council and the Politics of International Authority*. New York: Routledge, 2008. Mc NEILL, Desmond; CLAIR Assunción Lera St. – *Global Poverty, Ethics and Human Rights, The Role of International Organizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. SCAHILL, John – *Black Water, l'ascension de l'armée privée la plus puissante du monde*. Arles: Actes Sud, 2008. TODOROD, Tzvetan – *El nuevo desorden mundial*. Barcelona: Quinteto, 2008.

lugar desafiado pela crise global. Esta crise, com os efeitos colaterais a correr por todas as malhas dos tecidos de segurança, economia, ciência, técnica, e ética, frequentemente com manchas de cores conflituantes em resultado dos efeitos de acção e reacção que a derrocada do império euromundista libertou.

O pluralismo da crise global tem origem e retroactivos no espaço ocidental, com os EUA debilitados severamente pelos efeitos negativos do unilateralismo que praticou durante a administração republicana de Bush; a Europa, que consumiu nas duas guerras mundiais as suas capacidades, é hoje um espaço carente de matérias-primas, de energias não-renováveis, e de reserva estratégica alimentar, com sobrevivência activa de memórias de passadas grandezas sem sustentação actual, falta de lideranças com grandeza e carisma, frequentemente a transferir para o Atlântico a tradição de os seus Estados nunca terem vizinhos mas apenas inimigos íntimos, uma retomada tradição agora com a eventual desagregação de Americanismo e Europeísmo em conflito: um espaço onde nasceu e de onde foi propagada grande parte do património imaterial da Humanidade, como o direito internacional, a democracia, a arte da guerra e da paz, o direito humanitário, a veneração pelo saber e pela sabedoria, os direitos humanos.

Mas hoje uma região dependente, que tende para consolidar o regionalismo (União Europeia) revisor das antigas soberanias, e que tem interesse em substituir o conceito de segurança do Atlântico Norte, de um tempo extinto pelo conceito de *ocidente* abrangente do Norte e do Sul do Atlântico, para reanimar, congregar, dar sentido, aos valores identitários desse pluralismo. Portugal tem de seguir esse movimento, corrigindo as debilidades internas do actual ponto de partida, para ter uma voz ouvida, e não ser apenas um destinatário das decisões alheias.

10. Neste caso, a liderança do consenso dentro da CPLP, vai pertencer ao Brasil, se a sua ascensão, como se deseja, continuar e se fortalecer.

A eleição do Brasil para o Conselho de Segurança é um facto que, para além do reconhecimento pela comunidade internacional da importância que assumiu nas balanças mundiais de poderes, estratégica, económica, e cultural, deve também ser avaliado no que respeita à sua eventual participação na liderança do alinhamento militar na América do Sul, e às perspectivas de consolidação da responsabilidade que se aproxima de países da CPLP para a definição da segurança do Atlântico Sul.

É de registar, no caso do Brasil, a persistência com que tem executado o conceito estratégico constitucional, uma novidade de referência no panorama inquietante de tantos poderes políticos que remetem as proclamações de princípios e objectivos para a teatrolgia das competições pelo poder.

No caso do Brasil, assumiu objectivos fundamentais: construir uma sociedade democrática, livre, justa e solidária; adoptar o desenvolvimento humano sustentado; a erradicação da pobreza para redução das desigualdades sociais e regionais; o bem comum sem discriminações. É evidente que as contradições sociais continuam a exigir firmeza de propósitos e percepção da distância a percorrer, evitando confundir os resultados positivos com os desafios que permanecem; mas o exemplo fundamental dado é o da sustentação do processo reformista, o apoio consistente ao desenvolvimento científico e tecnológico, a difusão do ensino e da educação, a revisão da interdependência dos campos da economia, da política, e do social.

As perturbações da sociedade civil, que violam a segurança, são avisos sobre a solidez do caminho andado, mas não perturbam a determinação. Tudo fica necessariamente articulado com a circunstância que rodeia o país, e sobretudo com a circunstância, para tantos inquietante, da América do Sul.

Trata-se de uma área em que a estabilidade está longe de inspirar tranquilidade, e o que alguns chamam o Inferno, designação abreviada dos EUA, está sempre na eminência de provocar crises, sem omitir o narcotráfico que anima uma verdadeira longa guerra civil na Colômbia, enquanto as perturbações de percurso, por exemplo da Argentina, tornam inseguro o futuro do Mercosul.

A percepção brasileira rigorosa, e constantemente actualizada, das exigências internas e dos condicionamentos vindos do exterior, inspira a determinação de organizar a prontidão de resposta a pressões e ameaças de uma globalização cuja leitura tem de ser feita em regime de incerteza Tal como se passa com mais de um dos poderes emergentes, não é a falta de uma ameaça definida, ou simplesmente não identificada, que pode levar um governo atento a imaginar que não tem de estar preparado para as enfrentar num globalismo cuja racionalidade está longe de ser alcançada.

A atenção, recentemente tornada pública, à segurança marítima, reforça a imagem anterior de que o empenho no desenvolvimento sustentado, a luta contra a miséria, o relevo da justiça social nos programas e intervenções governamentais, tudo foi acompanhando o objectivo de tornar efectiva a credibilidade que a sua intervenção na conferência Ibero-Americana de Lisboa, nas áreas da ciência e da tecnologia, reforça.

Um poder emergente, com a alcançada dimensão suficiente para ser eleito para o Conselho de Segurança, não aceita a perspectiva de uma defesa chamada estática e puramente reactiva. Quando o Brasil caminha para liderar a responsabilidade sul-americana de cobrir a quebra de influência dos EUA na segurança regional, fá-lo com respeitada presença no teatro internacional de incertezas, com contribuição líquida para as responsabilidades das potências que guardam a identidade de mais desenvolvidas, estas é certo que por vezes com mais imagem do que realidade, mas como que articulando os poderes emergentes com a cidade planetária do Norte. Para a CPLP são notícias estimulantes, porque a comunidade de história, de língua, de valores, beneficia de um poder dinamizador da participação no regresso a uma governança mundial recuperada.

11. Tudo tem que ver com a reforma da ONU, também ela em crise, mas que continua a ser o único lugar onde todos falam com todos, um valor incomparável.

Quando a solicitada reforma da ONU provoca uma convergência de votos, declarações, e propostas, que cresce de dimensão à medida que a desordem mundial e a consciência política do facto também se alargaram, talvez seja útil e oportuno incluir o tema do regionalismo nas temáticas mais urgentes.

Trata-se de uma perspectiva que aflorou entre os que discutiam e doutrinavam sobre os paradigmas a que obedeceria a ONU, mas a regionalização foi vencida pela prioridade dada às representações dos Estados.

Não faltaram inquietações publicadas sobre a urgência de envolver a Europa num modelo federal, não apenas pela debilidade em que os Estados europeus se encontravam no fim da guerra, com metade do espaço já destinado à supremacia soviética, mas

também como caminho para a salvaguarda da paz sempre em risco pelas conservadoras atitudes de confronto entre vizinhos territoriais.

O modelo de associação de Estados, com aprovação do princípio que guardava o direito de voto igual a cada Estado membro, não manteve relação para com os princípios democráticos de referência, porque a realidade impôs o reconhecimento das hierarquias a que respondeu o estatuto do Conselho de Segurança. Talvez não seja inútil recordar que a regionalização, recusada no que respeita aos textos normativos que consagraram finalmente a visão da nova ordem internacional, veio a ganhar presença nos costumes e procedimentos da Assembleia Geral.

Ali, onde apenas se formulariam recomendações, e não decisões imperativas para os Estados como no Conselho de Segurança, ganharam presença e tradição os grupos de Estados que se distinguiram pela concepção do mundo e da vida, ou apenas pela contradição de interesses. Sem texto, e portanto sem estatuto, as identidades regionais assumiram identidade e protagonismo, com presença efectiva nas votações.

A Europa ocidental, a Europa do Leste, a África do Sul do Saara, o agrupamento sul-americano, foram tomando forma, praticaram as reuniões separadas para acordarem orientações, de tal modo que a previsibilidade das resoluções, tal como nos parlamentos democráticos, também fez parte do património imaterial da organização.

A evolução da realidade internacional, desafia agora o modelo fundador, que talvez tenha o pensamento de Cordell Hull na sua matriz original. O movimento ganhou visibilidade logo após a queda do Muro de Berlim em 1989, quando a Europa imaginou que fora a Aliança, e não a debilitação interna da estrutura soviética, que o fizera ruir. Logo a partir de Maastricht, em 1993, cresceu a evidência de que a Europa, e nenhum soberano país europeu, é que deve estar presente no centro responsável pela segurança mundial que venha a ser definido. Se esta linha estruturante se impuser, vai ser necessário encontrar maneira de um Estado como os EUA (e também a Rússia, a China, a União Indiana), coexistirem com a Alena, com o Mercosul (Mercado Comum da América do Sul), o mesmo se passando com a Asean que deu um sinal com a cimeira de Dezembro de 2005.

Este novo regionalismo, ou *New Regionalism* para lhe dar autoridade, tem raízes numa evolução da realidade que exige alteração dos conceitos de soberania, de tolerância com diferentes modelos políticos de governação, de tratamento igual para as diferenças de valores culturais em confronto, tudo submetido às consequências globalizantes dos avanços técnicos e científicos, à estruturação de redes que ultrapassam fronteiras e poderes políticos, a riscos e ameaças globais que escapam à capacidade de resposta de qualquer superpotência isolada.

É evidente que os factos terão que atropelar as ilusões de futuros soberanos dos nacionalismos de poderes que emergiram depois da guerra, e também as sobrevivências míticas de passados de antigas grandes potências. Mas é cada vez mais visível que a paz apenas ganhará, se os factos vencerem essas ilusões.²⁸

²⁸ MOREIRA, Adriano – «O Poder Emergente do Brasil». *Diário de Notícias* (29 de Dezembro, 2009) e «A ONU e o Regionalismo». *Diário de Notícias* (19 de Janeiro, 2010).